

Degração Audiência Pública 29.04.25 RIVI RESIDENCIAL VIA VIRGÍNIO

Empreendedor: Associação dos Condomínios Mansões Fazendárias

Empresa responsável pelo estudo: TT Engenharia, Arquitetura e Consultoria Ambiental

Legenda:

(mm:ss): Tempo da fala.

(...): Trechos ou palavras inaudíveis.

...: pausa.

(?): Palavra ou trecho sem compreensão.

*(!): dúvida na transcrição

Expressão(?) dúvida no entendimento escrito

Senhora Natália Almeida (02:37)

Boa noite, pessoal. Meu nome é Natalia Almeida. Hoje estou presidindo a audiência pública é desta noite, no dia 29/04/2025, dando início agora às 19:00. Dou as boas-vindas a todas e todos que estão nos acompanhando ao vivo... Tivemos um pequeno probleminha aqui com nosso som, nosso retorno, mas já dando novamente as boas-vindas a todas e todos nessa audiência, que hoje é do parcelamento de solo denominado RESIDENCIAL VIA VIRGÍNIO, localizado na Fazenda Preta, dentro da Fazenda Santa Bárbara, na DF 140, km 4,5, Região Administrativa do Jardim Botânico, Setor Santa Bárbara, Distrito Federal. Então, mais uma vez, saudando a todos que estão aqui, aqueles que, por acaso, estão assistindo em outro momento, por boa tarde, bom dia, boa madrugada, enfim. Então vamos dar início agora às 19:00. Nossa audiência tem o encerramento previsto para as 22:00 e durante esse tempo, já está previsto 15 minutos de intervalo entre o término da exposição técnica e a participação daqueles que estão nos acompanhando, seja através de manifestações escritas ou fazendo também uso da palavra. Também nesse tempo já tem uma prorrogação incluída de até 30 minutos do tempo de exposição técnica. Bom, o embasamento legal da nossa audiência pública está na Lei Distrital 5081 de 2013, na resolução CONAMA número 9 de 1987 e na Instrução Normativa número 11 de 2024 do Brasília Ambiental. Vamos passar, então, para a leitura dos dados cadastrais da nossa audiência. Nós estamos falando do processo de licenciamento ambiental na fase de licença prévia, cujo número é 00391-0001-7037/2021-17. O empreendimento novamente é o condomínio RESIDENCIAL VIA VIRGÍNIO, localizado na Fazenda Preta, dentro da Fazenda Santa Bárbara, que fica na DF 140, km 4,5, Região Administrativa do Jardim Botânico. Atividade que hoje se apresenta aqui para nós é o parcelamento do solo urbano para fins residenciais, é o interessado empreendedor, é Associação dos Condomínios Mansões Fazendárias e a empresa responsável pela elaboração do estudo e relatório ambiental é a empresa TT Engenharia, Arquitetura e Consultoria Ambiental. Bom, quanto a questão da publicidade, o aviso da audiência pública, ele foi publicado conforme os dispositivos previstos no Artigo Quinto da Lei 5081 de 2013, no site do Brasília Ambiental e também nas suas redes sociais na internet, conforme também previsto na Instrução Normativa número 11 de 2024 do Brasília Ambiental. O objetivo dessa audiência pública é apresentar e discutir o relatório de impacto de vizinhança, o RIV, sigla RIV, referente ao licenciamento deste empreendimento que nós já apresentamos, bem como colher sugestões e contribuições para o aprimoramento do processo de licenciamento ambiental, cuja participação da comunidade afetada e da sociedade como um todo é fundamental. Então, só para lembrá-los em relação a como se dá o processo de licenciamento ambiental para atividade de parcelamento de solo, sobretudo parcelamento do solo urbano, ele se dá no rito trifásico, ou seja, o licenciamento ambiental ele cumpre 3 etapas, a licença prévia, a licença de instalação e a licença de operação. A licença prévia, que é a primeira delas, é a licença que nós estamos em análise hoje no Instituto Brasília Ambiental e ela ainda está em processo de avaliação. E a audiência pública ela é parte da etapa de licença prévia. A licença prévia é aquela que atesta a viabilidade ambiental do empreendimento, como ele foi previsto, como ele foi pensado, como ele foi projetado e idealizado. Então, aqui nós vamos ter uma avaliação, uma apresentação do estudo ambiental que deve conter quais são os impactos desse projeto e quais são as medidas de controle ambiental, ou seja, de mitigar o dano ambiental, de compensar o dano ambiental? Quais são essas medidas que devem ser tomadas pelos Empreendedores, no caso. Essa audiência pública ela vai colher a participação, sugestões, as contribuições daqueles que estiverem nos assistindo e participando, mas ela não é um fórum de decisão ainda. É uma etapa do processo e com base naquilo que for apresentado hoje recepcionado em termos de sugestões na nossa equipe técnica do Brasília Ambiental irá com certeza a tomar conhecimento de todas

essas informações pra ir sim, também a partir da audiência, se manifestar em relação à viabilidade do projeto. Bom, essa audiência ela é transmitida ao vivo no nosso canal no Brasília Ambiental no YouTube, mas nós temos de um ponto de acesso presencial para aqueles que quiserem assistir à audiência através de outro canal que não seja o seu próprio celular, sua própria internet, seu próprio smartphone e pode acessar o ponto onde nós estamos com a transmissão, que fica no salão de festas do condomínio Estância del Rey, localizado um Setor Habitacional Tororó, Jardim Botânico. Então, neste ponto, neste endereço, neste momento, nós temos uma transmissão dessa audiência para aqueles que quiserem acompanhar também a sua apresentação e lá no local nós temos a equipe técnica, equipe do Brasília Ambiental também para dar um suporte, tirar eventuais dúvidas e orientá-los, se for o caso, a fazer uso da palavra. Qualquer pessoa pode se manifestar na audiência pública, claro. Então, a gente pede para que façam a inscrição de fala sinalizando ao moderador na reunião online que está aqui na descrição do vídeo. Então, para aqueles que quiserem fazer uso da palavra oralmente, devem acessar este link que está aqui na descrição do vídeo ou através por escrito através do envio de formulário online. Aqui na descrição do vídeo nós também temos o link para acessar esse formulário. Então, por favor, preencham e nos enviem através do e-mail licenciamento.ibram@gmail.com. O canal aqui do YouTube, o chat que vocês estão vendo aqui na tela, ele fica mais pela interação entre os participantes. Nós não levaremos essas manifestações em consideração durante os trabalhos aqui da mesa, mas nós pedimos e reforçamos a importância da participação, por favor, fazendo uso do canal correto, que é através deste formulário que nós temos aqui, tá bom? É, nós pedimos para que qualquer manifestação não tem a identificação daquela pessoa que está fazendo com o seu nome completo e também se representa alguma entidade, representa alguma associação, enfim. E essa informação é importante pra porque aqueles que forem fazer uso da palavra oralmente, caso representem alguma entidade, tenha um tempo adicional de fala. As mensagens é que forem recebidas, eventualmente sem identificação do remetente não serão lidas, tá, pessoal? Então, por favor, não deixem de fazê-lo. Nós pedimos que quaisquer manifestações, sejam elas orais ou escritas, sejam feitas de forma clara e objetiva, voltadas ao tema, que é o tema da nossa audiência pública, que são os impactos ambientais do empreendimento. Eventuais assuntos que exorbitem essa pauta poderão ser respondidos na medida em que a mesa, que nós, participantes aqui da mesa, tenhamos o conhecimento para fazê-lo eventuais assuntos que não digam respeito aí a parte ambiental, mas que, como conhecedores do projeto, nós possamos de alguma forma esclarecer. Assim faremos. Mas nem sempre será possível. Pedimos sempre que essa manifestação seja feita de forma respeitosa e cordial. Para aqueles que podem fazer uso da palavra oralmente, tem tempo de fala de 3 minutos. Se representa alguma entidade esse tempo adicional adicionado aí de 2 minutos no total de 5 minutos. Obrigado. A todas as manifestações de mensagens vão ser agrupadas por temas e respondidas em ordem de chegada. Então, nós vamos dar preferência para responder as perguntas que forem sobre determinados assuntos primeiro, para que assim a gente tenha uma maior coerência, melhor compreensão por parte da nossa audiência, dos nossos participantes, mas eventualmente a gente possa é trocar um pouco a ordem da resposta por conta do tema do assunto que apareça. E se não houver tempo hábil pra gente responder todos os questionamentos, nós vamos fazer essas respostas posteriormente endereçadas a cada um dos participantes que nos procurou. De toda forma, dentro ou fora do tempo da nossa audiência, todas as manifestações vão ser incluídas na ata completa da nossa audiência pública. E também independente de terem participado aqui ao vivo, os participantes, eles podem até, no prazo máximo de 10 dias, a contar da data de hoje, encaminhar suas contribuições para o e-mail sulam@ibram.df.gov.br ou licenciamento.ibram@gmail.com. Nesses 2 e-mails, vocês podem encaminhar as contribuições de vocês para aqueles que forem assistir em outro momento e todas elas serão também igualmente incluídas na ata completa da nossa audiência. Ata essa que será divulgada e publicada em até 30 dias após a realização, ou seja, 30 dias a contar da data de hoje. Nosso vídeo ele também continua aqui, disponível para aqueles que é quiserem assistir, ter acesso às informações. E mais informações sobre os regimentos e o nosso regulamento, eles estão no endereço eletrônico do Brasília Ambiental, ibram.df.gov.br. Estou aqui já finalizando esse momento de abertura e vou aqui explicar basicamente a divisão do nosso bloco aqui de audiências. Ele é dividido em 4 blocos. Temos esse primeiro momento inicial de abertura com a leitura do regulamento. As boas vindas aos participantes em todo o regimento. O segundo momento é a nossa exposição técnica, que ela de até 30 minutos, podendo ter um tempo adicional aí de 15 minutos pela empresa de consultoria TT Engenharia. Após a apresentação da TT Engenharia, nós vamos ter um intervalo de 15 minutos para a organização aqui interna da mesa de perguntas e eventuais respostas que a gente tem aqui, já que se preparar. Depois disso, então, retornamos para responder as perguntas que forem surgindo também ao longo da fala. E no fim de tudo isso, já encaminhamos para o encerramento da nossa audiência, que está previsto para até as 22:00 da data de hoje. Então, já estou encerrando aqui esse momento de abertura de antemão agradeço a audiência e participação de todas e todos que estão nos acompanhando hoje, dia 29/04/2025. Estou passando, então, a palavra para o representante da TT Engenharia, que é o senhor Rafael Fragassi que vai fazer

é a apresentação do estudo e desejo a todas e todos uma excelente audiência, que aproveitem este momento para participar, tirar suas dúvidas e também contribuírem para o aprimoramento do licenciamento ambiental. Não só desse projeto, tá pessoal? Mais de quaisquer outros. E Rafael também uma excelente apresentação. E contem com Brasília Ambiental, contem conosco na divulgação dessas audiências e sobretudo, na contribuição para a gente ter um cenário cada vez mais sustentável, uma Brasília cada vez mais sustentável para nós e para os nossos filhos e netos. Boa audiência para todos Rafael bom trabalho.

Senhor Rafael Fragassi (16:18)

Boa noite a todos aqui presentes e os que estão nos assistindo de forma remota. Meu nome é Rafael, eu sou gerente de projetos da TT Engenharia e um dos apresentadores do relatório de impacto de vizinhança, RIV, do condomínio RESIDENCIAL VIA VIRGÍNIO. Bom, a atividade do empreendimento refere-se ao parcelamento de solo, mais precisamente ao novo parcelamento. A gleba ela possui 2,11 ha, que foi a área topográfica aferida. A gleba está registrada sob a matrícula número 175.966 do Segundo CRI DF. O interessado de proprietário é Associação dos Condomínios Mansões Fazendárias. A gleba está localizada na Região Administrativa do Jardim Botânico. Os parâmetros urbanísticos utilizados foram a DIUR 07 2018, que é aquela que rege toda a RA do Jardim Botânico, e a DIUPE, diretriz específica para o parcelamento foi a 4 de 2022, emitida pela SEDUH. Existem 2 processos de licenciamento que estão tramitando, um ambiental tramitando no e IBRAM que se refere ao requerimento de LP, a licença prévia, que é o 39100017037/2021-17 e urbanístico tramitando na SEDUH que é o 0039000007495/2021-76. Bom, aqui nós temos um mapa de localização do empreendimento. Ele se encontra na RA do Jardim Botânico, como já foi mencionado na altura do quilômetro 3, está bem próximo dos condomínios Santa Bárbara e do condomínio ecológico Parque do Mirante. Bom, conforme já mencionado imóvel, ele possui uma área total de 2,11 ha e está registrado no Segundo Cartório de Imóveis do DF, sobre a matrícula 175966. Atualmente, a área está coberta por remessa de vegetação nativa. Considerando a densidade máxima de 50 habitantes por hectare, elencada na DIUPE, a população máxima para esse parcelamento seria de 105 habitantes. Já considerando o índice de domicialidade 3.3 habitantes por unidade, a quantidade máxima de unidades habitacionais seria de 32. Então, o parcelamento ele vai ser do tipo fechado, condomínio de lotes, o antigo PEDEU, e contará com um lote com 32 unidades do tipo é SRIIR1 NO com a previsão de 105 habitantes, ou seja, o parcelamento ele vai ter um número limite de habitantes e de unidades elencados na DIUPE. Bom, é importante frisar que o estudo preliminar de urbanismo ele foi aprovado pela SEDUH, via parecer técnico em tela e processo em tela. E atualmente está na fase de anteprojeto e análise na SEDUH. Bom, aqui nós temos o plano de uso e ocupação do parcelamento, onde nós temos aí em cinza toda a parte de sistema viário e de lote, de lote residencial. Em um tom de verde mais claro o que se refere é a parte de EPU ou de desculpe de ELUP e em verde escuro ou lote referente à EPU. Aqui no quadro síntese de unidades imobiliárias e áreas públicas do imóvel, onde a área total destinada a implantação dos lotes, no condomínio de lotes, é de 16.433,59 m², representando aí 77,76% da gleba. E o somatório das áreas públicas, a questão da ELUP, EPU, o sistema de circulação totaliza 4.698,41 m², representando 22,23% da gleba. Aqui nós temos o quadro de permeabilidade, aonde nós podemos constatar que a área permeável e metro quadrado da gleba será de 10.566,92 m², o que representa 50% de permeabilidade na gleba, atendendo assim as diretrizes da zona é de uso sustentável da APA do Planalto Central, que tem uma condicionante expressa, taxativa com relação a permeabilidade, que tem que ser de pelo menos 50%, o mínimo de 50% de permeabilidade. Com relação ao zoneamento do PDOT, a gleba está essencialmente sobreposta zona urbana de expansão e qualificação, onde é permitido o parcelamento de solo, desde que se atenda às diretrizes da DIUR 07 de 2018 e da DIUPE 04 de 2022. O parcelamento ele está localizado na bacia hidrográfica do Rio São Bartolomeu, na unidade hidrográfica do Ribeirão Cachoeirinha. Bom, na área do imóvel não existe feições geradoras de área de preservação permanente, nos termos o novo Código Florestal. O corpo hídrico mais próximo, ele dista cerca de 550 m, que é o Córrego Copa. Não há canais de escoamento superficial, comumente conhecido como grotas secas, e também não há áreas de proteção de manancial, área de APM. Então, a gleba é livre, isenta, não há nenhum tipo de sobreposição, nem de grotas secas, nem de APM, nem de APP. Com relação ao zoneamento ecológico econômico, ZEE DF, que é regido pela Lei 6.269 de 2019. Esse mapa que mostra a classificação do risco ecológico de perda de área de recarga de aquífero. E aqui nós podemos constatar que a gleba ela está sobreposta essencialmente a classe de risco alto de perda de recarga de aquífero. Já com relação ao risco de perda de solo por erosão, a gleba está sobreposta essencialmente ao risco baixo de perda de solo por erosão. Com relação à contaminação do subsolo, sobreposta ao risco alto de contaminação. E o risco ecológico de perda de áreas de remanescentes do cerrado nativo com base na classificação do ZEE existe a ausência de cerrado nativo, que é toda essa área que está em cinza, no entanto, há uma divergência com a realidade fitofisionômica da área que foi aferido, que foi constatado em campo que trata-se de um remanescente de vegetação nativa. Bom aqui, nós temos um mapa mostrando que ela está essencialmente sobreposta à zona de uso sustentável da APA do Planalto Central, que é a unidade de conservação que está sobreposta a essa área, toda essa mancha que está em verde. Esse mapa ele já ilustra, já apresenta as demais unidades, os demais tipos de área de proteção ambiental. Exemplo às demais APA

sobrepostas num raio de 3, 5 e 10 km. São elas, a APA do Planalto Central, APA do São Bartolomeu e APA Gama Cabeça de Veado. Então, as 3 APA sobrepostas nos raios de 3, 5 e 10 km. Esse mapa ele já mostra as demais categorias de unidades de conservação sobrepostas nos raios de 3, 5 e 10 km. São elas, o Refúgio de Vida Silvestre do Garça Branca, Estação Ecológica do Jardim Botânico, Parque Distrital do São Sebastião, área Mato grande e o Parque Distrital Salto do Tororó. Bom, no que diz respeito às áreas de influência. A área diretamente afetada, ADA, vai ser toda a área prevista para implantação do urbanismo, do parcelamento de solo, exceto o trecho que não será passível de supressão vegetal. Área de influência direta, AID, foi definida como sendo o limite do imóvel ser parcelado. Área de influência indireta, AI do meio físico foi definida como sendo toda a sub-bacia no qual se insere o parcelamento até encontrar com um afluente esquerda do Córrego Copa, afluente do Ribeirão Cachoeirinha. Área de influência indireta, AI do meio biótico foi um considerado um raio de 2 km. E AII, a área de influência indireta do meio socioeconômico, toda RA, toda Região Administrativa do Jardim Botânico. Então, aqui nós temos um mapa que ilustra essas áreas de influência, onde nós temos aí em vermelho, área de influência indireta, em amarelo toda área diretamente afetada, passível de parcelamento. Esse tom de magenta área de influência indireta do meio físico e em azul tracejado, que é o raio de 2 km, a área de influência indireta do meio biótico. Aqui nós temos o mapa de declividade, onde podemos nós podemos constatar que a gleba se encontra em um terreno plano, a ondulado, ela vai de 0 a 10%. Então, um terreno plano a suave ondulado. Aqui nós temos o mapa pedológico onde nós podemos constatar que a gleba ela está essencialmente sobreposta ao latossolo vermelho e na área de influência indireta nós temos também o cambissolo. Bom, com relação qualidade das águas subterrâneas, como poço tubular profundo ainda não foi perfurado, não foi possível avaliar a qualidade de água subterrâneo. Diante disso, o estudo considerou a qualidade de água subterrânea indicada pela própria ADASA em seus relatórios de qualidade de água. É importante frisar que a outorga prévia de captação a 135 de 2022, foi emitida pela ADASA via processo em tela. Já no que diz respeito à qualidade das águas superficiais, a poligonal do móvel, como a como a poligonal do imóvel, ela não está sobreposta nenhum corpo hídrico e como não haverá lançamento de águas pluviais nem efluentes sanitários, não cabe, não coube a análise de qualidade de água. Então, essa questão da qualidade de água dentro do estúdio, ela foi baseada em dados secundários. Bom, com relação a flora. A vegetação refere-se a fitofisionomia do cerrado sentido restrito com pontos de perturbação. Foram encontradas um total de 679 árvores nativas do cerrado ou nativas de outros biomas do Brasil. Algumas espécies nativas do cerrado, que foram encontradas por um jacarandá do cerrado, pequi, peroba do cerrado, gomeira, dentre outros. É importante frisar que os dados quantitativos, ou seja, aqueles inerentes ao inventário florestal, que vai tratar da volumetria e da compensação florestal, esses assuntos vão ser tratados de forma mais detalhada na fase de licença de instalação, que é uma fase posterior a essa que nós estamos, que é a fase de licença prévia e também essas informações vão ser fornecidas, vão ser detalhadas de uma maneira, vão ser informadas de maneira mais detalhada quanto tá a abertura do processo de ASV, que é o processo de supressão vegetal. Autorização de Supressão vegetal. Aqui nós temos algumas figuras que ilustram a fitofisionomia do local, da gleba. Com relação à fauna. Aqui nós temos o mapa de corredores ecológicos do IBRAM. Onde nós podemos constatar que a gleba está essencialmente sobreposta, a zona Lobo Guará, que é toda essa área que está em azul. Então, em tese, um estudo de fauna teria que ser de baixa complexidade, em conformidade com o Artigo Terceiro da Instrução Normativa 12 de 2022. No entanto, foi solicitada a dispensa de fauna, considerando que a área alvo de supressão vegetal ela será menor que 2 ha conforme o Artigo Nono da referida IN. Então, cerca aí de 1472,74 m² da ELUP ela vai ficar permeável e com vegetação nativa, sem necessidade de supressão vegetal. Esse pedido de dispensa de fauna ela está sendo analisada ainda pelo IBRAM. Bom, aqui nós temos um quadro com os principais impactos ambientais e suas respectivas medidas mitigadoras para o meio físico, tanto na fase de implantação como de operação. Então, para os impactos de revolvimento e retirada de camada superficial dos solos como medidas mitigadoras, onde temos aí a elaboração e a execução do programa de controle ambiental das obras e o subprograma de monitoramento e controle de processos erosivos, o programa de monitoramento da qualidade da água e recuperação de áreas degradadas. Para o impacto de redução da permeabilidade do solo a elaboração e execução do programa de controle de processos erosivos, além do correto dimensionamento, implantação do sistema de drenagem. Para a geração de resíduos sólidos, a elaboração e execução do programa de gerenciamento de resíduos sólidos da construção civil. Para alteração da qualidade do ar devido à emissão de material particulado, a elaboração e execução do programa de controle ambiental das obras. Para o início ou aceleração dos processos erosivos, a elaboração e execução do programa de monitoramento de processos erosivos. Para o impacto de alteração da qualidade das águas superficiais, a elaboração e execução do programa de monitoramento da qualidade de água. E, por fim, para o impacto de geração de ruído sonoro, a elaboração e execução do programa de controle ambiental das obras e programas de educação ambiental. Esse quadro já traz os principais impactos ambientais e suas respectivas medidas mitigadoras e compensatórias por meio biótico, tanto na fase de implantação e operação do parcelamento. Então para um impacto de redução de cobertura vegetal devido à supressão da vegetação temos aí o pagamento da compensação florestal, mas na fase de licença de instalação, uma fase posterior a essa, conforme já mencionado. Para o impacto de perturbação afugentamento da fauna terrestre o programa de afugentamento e resgate de fauna que vai ter que ser feito concomitante a supressão vegetal, bem como a elaboração e

execução do programa de educação ambiental. Para as alterações do microclima, o programa de recuperação de áreas degradadas a elaboração e execução desse programa. A questão da permeabilidade das áreas públicas do urbanismo, da questão dos 50% de permeabilidade e também o pagamento da compensação florestal. E por fim, para a perda da biodiversidade local, elaboração e execução do programa de recuperação de áreas degradadas. Esse quadro já mostra os principais impactos ambientais e suas respectivas medidas mitigadoras e potencializadoras pelo socioeconômico, tanto na fase de planejamento, implantação e operação do parcelamento. Então, para o impacto de geração da expectativa na população, a elaboração e execução do programa de comunicação social. Para o impacto de mobilização de mão de obra e geração de emprego, a elaboração e execução do programa de comunicação social. Para a ocorrência de acidentes de trabalho e doenças ocupacionais, o programa de educação ambiental e gerenciamento de resíduos sólidos. Já para os impactos de incremento no mercado imobiliário e nas atividades comerciais e aumento das receitas tributárias e transferências de mercadorias, a elaboração e execução do programa de comunicação social. Já para o impacto de sobrecarga no sistema de coleta e destinação final dos resíduos sólidos, a elaboração e execução do programa de gerenciamento de resíduos sólidos. E por fim, para o impacto de pressão sobre o sistema viário e adensamento populacional. A elaboração e execução do programa de educação ambiental e de gerenciamento da obra. Aqui nós temos uns planos de monitoramento e controle ambiental, algumas ações que vão ter que ser implementadas tanto na fase de implantação como de operação, que são elas o acompanhamento da vigilância sanitária ambiental, o acompanhamento das ações de limpeza do terreno, remoção da vegetação e espécies de falta de movimento de terra, a descrição e localização em planta do canteiro de obras, infraestruturas e acessos provisórios, o acompanhamento de ruído de obras, o acompanhamento de tráfego e manutenção de máquinas e veículos, o acompanhamento de armazenamento de produtos perigosos, o controle da emissão de particulados, o acompanhamento da desativação do conteúdo de obras, o acompanhamento de gerenciamento de resíduos sólidos, incluindo o detalhamento das estruturas de contenção, monitoramento de sólidos na época chuvosa, com devido acompanhamento fotográfico periódico. O acompanhamento de efluentes de obras, incluindo com relação aos recursos hídricos superficiais e efluentes pluvial e sanitários. Bom, agora eu vou passar a palavra para o nosso engenheiro civil, Yuri. Ele vai falar de forma sucinta sobre as alternativas dos projetos de infraestrutura, mais precisamente o abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem e pavimentação.

Senhor Yuri Silva (34:04)

Boa noite a todos. Darei sequência aqui a apresentação. Eu me chamo Yuri, sou engenheiro civil da TT Engenharia, responsável pelo setor de infraestrutura, principalmente ali é projetos para sistemas de abastecimento de água e sistemas de esgotamento sanitário, pavimentação e drenagem pluvial e rodoviária. Vou iniciar apresentando a proposta para o sistema de abastecimento de água. Aqui em tela, nós vemos algumas informações fornecidas pelo TVT 103 de 2021, fornecido pela CAESB. Então, a população total prevista, população fixa total foi de 106 pessoas e a flutuante de 91. O consumo de água per capita foi de 208, flutuante também de 208. O coeficiente do dia de maior consumo K1 1,2 para população fixa e flutuante 1,2, EPC 1,2. O coeficiente da hora de maior consumo, K2 1,5. A população fixa, flutuante também 1,5. E EPC também 1,5. Coeficiente da hora de maior consumo, k2 1,5 população fixa, flutuante também 1,5, EPC também 1,5. Coeficiente de perda em porcentagem é de 35% para a população fixa, flutuante e EPC. A vazão média em litros por segundo para a população fixa perita foi de 0,39, população flutuante 0,34 e EPC 0,16. A vazão máxima diária em litros por segundo foi de 0,47 população fixa, 0,40 população flutuante e EPC 0,19. Já a vazão máxima horária em também eles por segundo previstas, foi de 0,71 para a população fixa, 0,61 para a população flutuante e EPC 0,19. O mesmo TVT ele propôs 2 alternativas. A primeira dela foi interligação do sistema da CAESB. Já a segunda alternativa foi uma solução independente de abastecimento por meio de poços tubulares profundos. Bom, é a primeira alternativa. Como não há um sistema de abastecimento de água implantada ou projetado para atendimento do empreendimento, ela só será viável após o início de operação o sistema Paranoá Sul, cujo os projetos, eles encontram-se em fase de desenvolvimento, portanto, a alternativa escolhida foi a alternativa de número 2 através de poços tubulares profundos. É poço, mais reservatório de forma inicial. A outorga prévia ela já foi obtida de número 135 de 2022, fornecido pela ADASA. E paralelo a isso, será implantado uma rede para futura interligação com a da CAESB. Bom, quanto ao sistema previsto para esgotamento sanitário d mesmo TVT forneceu algumas informações prévias. População total fixa 106 habitantes, a população flutuante 91, consumo de água per capita 208, população fixa, flutuante também 208. Coeficiente de retorno à esgoto 0,8, para relação fixa, flutuante, EPC. Consumo do dia de maior consumo, K1 1,2 também para as 3 opções, fixa, flutuante e EPC. O coeficiente da hora de maior consumo K2 1,5 população fixa, flutuante e EPC. Já vazão média em litros por segundo foi 0,2 para a população fixa, 0,18 para a população flutuante e 0,13 para EPC. A vazão máxima diária em litros por segundo 0,24 para a população fixa, 0,21 população flutuante e 0,15 para EPC. A vazão máxima horária em litros por segundo 0,37 população fixa, 0,32 população flutuante e 0,23 para EPC. No mesmo a TVT também propôs 2 alternativas, a primeira dela interligação do sistema da CAESB e a segunda por meio de fossa sépticas e sumidouros. Não há um sistema de esgotamento sanitário implantado ou projetado para atendimento do

empreendimento, no entanto alternativas de atendimento coletivo para a região elas vêm sendo executadas, logo essa alternativa de número 1 ela só será viável após a implantação de um sistema de esgotamento sanitário, que atenderá a região em que se localiza o empreendimento, ainda sem previsão de implantação. O sistema sendo implantado pelo empreendedor ele deverá prever a interligação ao futuro sistema de esgotamento sanitários. Logo, a alternativa escolhida foi a de número 2, através de fossas sépticas e sumidouros. Bom, quanto ao sistema previsto para a drenagem pluvial, elas foram através de tubulações em concreto, bocas de lobo, ramais de ligação os poços de visita, todas estruturas padrões conforme as recomendações da NOVACAP. E para o amortecimento depois da coleta da chuva, toda essa coleta será direcionada para as trincheiras de infiltração. Elas funcionam ali como acumulação inicialmente durante o pico de chuva, depois elas devolvem essa água para o solo, por meio da infiltração. Não há risco de inundação, uma vez que elas foram dimensionadas através dos parâmetros já recomendados pela NOVACAP e ADASA. Tempo de recorrência de 10 anos. Então, assim elas vão se encontrar dentro do padrão. O que elimina é risco de enxurradas, de transbordamento em chuvas, chuvas grandes, teoricamente grandes. Para o sistema de pavimentação, para pavimentação, tráfego definido foi o tráfego leve, o revestimento em bloco intertravado, resistência a compressão simples maior ou igual a 35 MPA. Espessura de 6 cm, 5 cm para a camada de assentamento em areia e 17 cm para a sub-base por meio de cascalho com CBR maior igual a 30%, expansão menor ou igual a 1% e energia intermediária de compactação será o de compactação maior ou igual a 100%. E abaixo da camada de sub-base, vem a regularização e compactação do subleito com CBR maior ou igual a 5%. Grau de compactação maior ou igual a 100% proctor intermediária. Bom, finalizo aqui a minha apresentação vou devolver a palavra um engenheiro Rafael que fará as devidas considerações finais.

Senhor Rafael Fragassi (41:59)

Bom, aqui para finalizarmos a apresentação, é importante reiterar que o projeto urbanístico do parcelamento ele foi elaborado conforme os parâmetros urbanísticos do PDOT, da DIUR 07 2018 e da DIUPE 04 2022. O RESIDENCIAL VIA VIRGÍNIO ele localiza-se na zona urbana de expansão de qualificação, onde é permitido o parcelamento de solo. O RESIDENCIAL VIA VIRGÍNIO ele supre parte da demanda imobiliária do DF, viabiliza a ocupação ordenada do solo e contribui para prevenir a ocupação desordenada. Não há restrições ambientais, acidentes na gleba, mais precisamente as APP, nenhum tipo de grotta seca, nem APM, área de proteção de manancial. Não foram identificadas características geológicas, geomorfológicas, hidrológicas, pedológicas ou geotécnicas que impeçam a implantação do parcelamento. O terreno está projetado em uma declividade de plano a suave ondulado, varia entre zero a 10% de declividade. Todos os estudos e projetos eles respeitam as diretrizes da zona de uso sustentável, ZUS, da APA do Planalto Central, que é a unidade de conservação que está essencialmente sobreposta a gleba. Nós temos a aprovação do estudo preliminar de urbanismo pela SEDUH. Com relação ao abastecimento de água, esgoto, as alternativas vão ser de poço e fossa, respectivamente, conforme alternativas já elencadas no termo de viabilidade técnica, o TVT, 103 2021 da CAESB. Os projetos de infraestrutura e saneamento estão em análise na NOVACAP e na CAESB. Nós temos a emissão da outorga prévia de captação para água subterrânea pela ADASA. Os impactos ambientais negativos identificados eles podem ser controlados por meio de medidas mitigadoras, compensatórias, preventivas e corretivas. Todas aquelas já elencadas apresentadas no estudo no RIV e nesta apresentação também. Os principais impactos ambientais negativos eles podem ser avaliados pelos programas e planos de monitoramento ambiental também elencados no RIV e mencionados nessa apresentação. Então, diante dos resultados encontrados durante os levantamentos em campo e posterior processamento e interpretação dos dados, infere-se que o parcelamento sim, ele é viável do ponto de vista técnico ambiental, desde que atendidas as diretrizes contidas na legislação ambiental e federal, na legislação ambiental é federal e distrital. O que está sendo feito. Obrigado pela atenção de todos.

Senhora Natália Almeida (44:49)

Obrigada pessoal. Retornamos então aqui a mesa após a apresentação da TT Engenharia. Agradeço a Rafael e toda equipe da TT Engenharia pela apresentação. Neste momento nós vamos dar início, são 19h42, nós vamos dar início ao nosso prazo de intervalo para que a gente possa receber, enfim, as contribuições, perguntas daqueles que estão nos acompanhando, certo? Então, às 19:58 nós vamos retornar aqui para fazer a participação daqueles que estão nos assistindo, está bom. Então até logo, daqui a 15 minutos a gente retorna. Obrigado.

(60:50)

Olá pessoal, retornamos então do nosso intervalo de 15 minutos da nossa audiência pública do empreendimento condomínio RESIDENCIAL VIA VIRGÍNIO. Mais uma vez agradeço a participação de todas e todos. Até esse momento, nós estamos aqui na nossa sede da transmissão nós não recebemos ainda contribuições e perguntas, no entanto, nós vamos passar a palavra então para a nossa equipe que está no ponto de acesso presencial lá no Condomínio del Rey. Eu vou passar então para Antônio Terra para a gente ver como é que tá a transmissão, se correu tudo bem, se temos enfim,

alguma participação, alguma dúvida. Tá bom, boa noite, olá. Pode ativar o áudio de vocês. E aí a gente vai fazer silêncio daqui para não dar interferência. Olá, boa noite. Tá tudo bem por aí, Antônio?

(...)

Como é tem participantes, como é foi aí? Deu tudo certo?

(...)

Tá certo então, obrigada, pessoal. Obrigada, viu Amélia, mais uma vez por receber aí a turma do Ibram.

(...)

Minha querida, obrigado, um abraço. Bom, pessoal, então nesse sentido, eu gostaria então só de recapitular alguns pontos aqui antes de passar para a etapa de encerramento da nossa audiência, dizer da importância que as audiências públicas possuem para legitimar o processo de licenciamento ambiental, sobretudo para aquelas comunidades que são afetadas direta ou indiretamente por esse empreendimento que está sendo idealizado aí na região do Tororó, assim, como temos já tantos outros que aconteceram no passado, não é? Essa etapa é fundamental para que a gente dê transparência também ao processo. Então, essa é a forma como a legislação brasileira e a legislação do DF e o Brasília Ambiental tem de tornar cada vez mais esse processo transparente e participativo. Então, em que pese a gente não tenha nesse momento contribuições, inscrições de fala, é importante registrar essa audiência aqui para que aqueles que queiram assisti-la e queiram conhecer melhor do empreendimento, possam fazê-lo através aqui do nosso canal no YouTube, ou seja, essa audiência ela fica salvo aqui para posterior acesso. E lembrando que nos próximos 10 dias nós estaremos recebendo também contribuições é de todas e todos que assistirem ou enfim, que até que não assistirem também a essa audiência, mas que tenham interesse em fazer algum tipo de contribuição é voltadas para o licenciamento ambiental, lembrando que nesta etapa de licenciamento ambiental que a gente está nesse momento que a licença prévia, nós estamos analisando a viabilidade ambiental desse projeto, se ele está de acordo com as normas, com as boas, com as boas práticas, com o zoneamento das áreas que estão ali próximas, enfim, se ele atende aos normativos legais, né? E tudo e tudo isso. Não há não, ainda não é a etapa de obras onde a gente tem autorizações específicas para que as obras do empreendimento comecem. Essa etapa de obras, ela é referente à licença de instalação, que é a segunda etapa e ainda não há nenhuma perspectiva disso se iniciar nesse momento, não é, sobretudo porque ainda estamos na primeira etapa. Então, só para deixar claro que essa audiência que ela é fundamental para que esse processo seja cada vez mais democrático e transparente. Então, nesse tom e nessa fala que eu que eu faço aqui pra vocês eu já inicio os meus agradecimentos a todo mundo que está nos assistindo, a toda equipe técnica do Brasília Ambiental, a equipe da TT Engenharia, a equipe da transmissão técnica, enfim, todos aqueles que fazem por ser possível, serem possíveis, não só essa, mas todas as audiências públicas do Brasília Ambiental, que já nesse ano já temos várias programadas para esse ano. São audiências que cada vez mais têm alcance e participação do público. Nós também temos a modalidade presencial, temos também já agendadas audiências públicas presenciais para os próximos meses. Então, por favor, não deixe de acompanhar nas nossas redes sociais, no nosso site. A gente sabe que acompanhar pelo diário oficial ou pelos jornais de grande circulação é vezes é mais difícil, mas são os canais oficiais de divulgação, mas, sobretudo, acompanhe nas redes sociais, porque nós sempre estamos divulgando os nossos, nossos eventos, nossas audiências, através das nossas páginas. Então, mais uma vez agradeço a todas e todos. Nos colocamos sempre à disposição, é para sanar dúvidas. Quero agradecer especialmente aqui ao Rafael TT Engenharia pela apresentação, parabenizar pelo trabalho e desejar a todos e todos uma excelente noite, bom descanso para aqueles que estão fora, como eu, bom retorno para casa e que na próxima audiência possamos nos ver, nos ver em breve, contando com a presença e a participação de todas e todos. Tchau, obrigada. Boa noite pessoal, que está no ponto de acesso também, bom retorno para casa. Obrigada, boa noite e até a próxima. Tchau, tchau.